

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Camargo Corrêa tem vitória em disputa de R\$ 560 mi com Jirau	2
Título: “Plataforma do pré-sal terá ao menos 40% comprados no país”	2
Título: Fundo de pensão da Petrobras tem rombo de R\$ 27,3 bilhões	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: AES Tietê fecha compra de parque eólico da Renova	5
Título: Notas	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Tarifas sem indenização	7
Título: Gasolina cai a R\$ 3,29 para quem paga em dinheiro	7
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Petrobras sai em defesa de perdão para Libra	10
Título: Negócios versus mercado	12
Título: O carro elétrico encanta, mas ainda depende de infraestrutura	14
Título: Vencedor do leilão de transmissão busca alternativas ao BNDES	16
Título: Aneel indica acordo para disputa sobre transmissão	19
Título: Distribuição de aço não acompanha recuperação	20
Título: Distribuição de aço não acompanha recuperação	21
Título: Joint venture da Petrobras em biodiesel pede recuperação	22
Título: Vale descola do preço de minério	24
Título: Queiroz Galvão Óleo e Gás busca estender prazo de dívida	26
Título: Curtas	28

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Camargo Corrêa tem vitória em disputa de R\$ 560 mi com Jirau**

Uma decisão da Justiça do Rio abriu caminho para que a Camargo Corrêa cobre R\$ 560 milhões do consórcio Energia Sustentável do Brasil, da hidrelétrica de Jirau.

A empreiteira construiu a usina e, no fim da obra, houve um desentendimento em relação aos valores de serviços adicionais.

No contrato, estipulava-se que a questão seria resolvida em câmara de arbitragem, onde ficou decidido que a geradora deveria pagar o montante à construtora. Esta, em seguida, foi à Justiça para executar a dívida.

O consórcio, formado por Engie, Mitsui, Eletrosul e Chesf, entrou com um processo para anular a decisão da arbitragem, com o argumento de que a câmara não exigiu provas da Camargo.

O tribunal do Rio decidiu, então, que a dívida só seria executada depois de encerrado o questionamento da anulação da arbitragem.

Nesta semana, a segunda instância reverteu o entendimento e possibilitou o início de processo de cobrança.

Jirau analisa decisão e vai recorrer.

Há preocupação em relação a financiamentos do BNDES à hidrelétrica que não previa esse descaixe de dinheiro neste momento, segundo a coluna apurou.

A avaliação de pessoas ligadas ao consórcio é que existe a chance de a empreiteira não devolver o dinheiro no futuro, caso a decisão arbitral seja anulada pela Justiça.

A sentença final, com trânsito em julgado, pode levar até dez anos, e é difícil prever como estará a saúde financeira da Camargo, afirmam.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: “Plataforma do pré-sal terá ao menos 40% comprados no país”**

Sob críticas de fabricantes de equipamentos e trabalhadores, a Petrobras defendeu nesta terça (18) que cerca de 40% dos gastos da primeira plataforma da área de Libra, maior descoberta do pré-sal, devem ficar no país.

O consórcio da área discute com a ANP (Agência Nacional do Petróleo) perdão pelo não cumprimento do compromisso de compras no país para o projeto, que chega a 55% dos gastos.

Em audiência pública sobre o tema, o gerente-executivo da Petrobras para Libra, Fernando Borges, defendeu que parte da unidade será contratada com fornecedores brasileiros mesmo que o perdão seja concedido pela agência. No evento, a Petrobras recebeu duras críticas de fabricantes de equipamentos e trabalhadores contrários à importação da plataforma, que tem custo estimado em US\$ 1,5 bilhão.

Segundo ele, nas últimas plataformas construídas pela Petrobras, o gasto feito no Brasil representou 47%, em média, do custo total. Esse percentual, porém, inclui a importação de alguns equipamentos para montagem no país. No caso de Libra, o contrato prevê um conteúdo local de 55% —o índice, porém, é dividido entre uma série de itens.

Chamado de 'waiver' o perdão das multas pelo não cumprimento de conteúdo local é previsto em contrato para as hipóteses de preços ou prazos excessivos, falta de fornecedores nacionais ou uso de novas tecnologias. A estatal argumenta que, em uma primeira licitação, concluída em 2016, o preço ficou 40% superior ao estimado pela empresa.

"Dizer que a Petrobras está buscando uma desnacionalização (das encomendas) é uma inverdade", defendeu o executivo.

A estatal lidera o consórcio que venceu em 2013 o leilão pela área, a maior descoberta de petróleo já feita no país, que demandará US\$ 5,5 bilhões em investimentos apenas em sua primeira plataforma definitiva. Os outros integrantes são a Shell, a francesa Total e as chinesas CNPC e CNOOC. O grupo alega que, sem o perdão, o projeto é inviável.

Na audiência, a ANP ouviu setores interessados no processo para obter subsídios para a sua decisão sobre o pedido perdão, que pode balizar o comportamento futuro da agência em relação ao tema.

Representante dos estaleiros, o Sinaval (Sindicato da Indústria de Construção Naval e Offshore) afirmou que o pedido é ilegal e que é feito com base em dados desatualizados sobre a capacidade produtiva no país.

Já o presidente executivo da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), José Velloso, ameaçou ir à Justiça caso o pleito do consórcio seja acatado.

A agência não quis adiantar seu posicionamento sobre o caso. No encerramento do evento, o diretor José Gutman disse apenas que a decisão não será, necessariamente, "tudo ou nada". Ele citou uma cláusula que prevê o ajuste dos percentuais como alternativa para a decisão.

A expectativa do consórcio é que a plataforma entre em operação em 2020. Ainda este ano, a área recebe um teste de longa duração, com a instalação de uma unidade pequena para avaliar o comportamento do reservatório.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Fundo de pensão da Petrobras tem rombo de R\$ 27,3 bilhões

A fundação Petros, que administra a previdência privada dos empregados da Petrobras, fechou 2016 com um deficit acumulado de R\$ 27,3 bilhões, um rombo R\$ 3,4 bilhões maior do que o de 2015.

A maior parte do deficit, R\$ 26,8 bilhões, refere-se ao principal plano administrado pela entidade, o PPSP (Plano Petros do Sistema Petrobras), o mais antigo, com cerca de 76 mil participantes.

Pela 14ª vez consecutiva, o balanço da fundação foi rejeitado pelo conselho fiscal, que divulgou os números em seu blog. Foi o quarto ano seguido de rejeição por unanimidade no colegiado.

Conselheiros e pensionistas acusam a fundação de realizar investimentos com interesse político, contribuindo para o aumento do rombo, e questionam dados e premissas usados pela fundação para chegar aos números.

Outros dois planos administrados pela entidade também tiveram deficit: o Plano Petros Ultrafértil (R\$ 189,9 milhões), de empregados da Ultrafértil e da Vale Fertilizantes, e o Plano Petros Lanxess, das empresas químicas Lanxess e Nitriflex (R\$ 76,2 milhões).

Os deficit consecutivos obrigam a fundação a propor um plano de equacionamento do PPSP e do Plano Petros Ultrafértil. Isso significa que participantes e empresas patrocinadoras terão que dar uma contribuição adicional para cobrir o rombo.

Os termos do equacionamento do PPSP deveriam ter sido divulgados até o fim de 2016, mas o prazo foi adiado a pedido da Petros. A expectativa, agora, é que os participantes conheçam a parte que lhes caberá no equacionamento no terceiro trimestre.

A contribuição é feita como desconto de benefícios, no caso dos aposentados, ou cobrança de taxa extra, para empregados na ativa.

O conselho fiscal reclama, porém, que a Petros não tem cobrado da Petrobras dívidas com o seu principal plano, o que poderia reduzir a contribuição adicional.

As dívidas se referem ao impacto, nas contas do fundo, de medidas adotadas pela área de recursos humanos da estatal em benefício dos empregados da ativa e de contingenciamento para ações judiciais, entre outros.

RISCO

Nos últimos anos, a fundação tem registrado prejuízos em investimentos de risco de interesse do governo, como a fabricante de sondas de perfuração de poços Sete Brasil, criada para ser a principal fornecedora do pré-sal e hoje em recuperação judicial.

Em junho de 2016, a Folha revelou que uma auditoria da Ernst & Young identificou uma série de falhas na escolha de 70 investimentos que levaram a perdas milionárias. Denúncia sobre as perdas foi levada ao Ministério Público Federal e foram criadas comissões internas para investigar o caso.

Em agosto, a Petrobras mudou o comando da fundação, indicando para a presidência um de seus conselheiros, Walter Mendes, em substituição a Henrique Jager, que fora indicado pelo ex-presidente da estatal Aldemir Bendine.

A Petros disse que não pode se manifestar sobre os resultados de 2016 enquanto as demonstrações contábeis não estiverem aprovadas pelo conselho deliberativo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Monica Scaramuzzo

Título: AES Tietê fecha compra de parque eólico da Renova

As negociações entre as duas empresas ocorrem há mais de um ano; valor da compra foi de R\$ 600 milhões

A AES Tietê, do grupo americano AES (dono da Eletropaulo), fechou a compra do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II, pertencente à Renova Energia, por R\$ 600 milhões. A companhia assumirá também a dívida do projeto, de R\$ 1,15 bilhão.

Em fato relevante, a empresa informou que o valor da operação poderá ter acréscimo de até R\$ 100 milhões, se atingir metas de desempenho, após período de cinco anos contados do fechamento da operação.

Usina Caconde, no município de Rio Pardo, a 300 quilômetros de São Paulo

As negociações entre as duas empresas ocorrem há mais de um ano. Em janeiro, a Renova divulgou ao mercado que estava prestes a concluir a venda do complexo e que dependia de acertos burocráticos. O banco BTG Pactual assessorou a Renova Energia nessa transação. Já o Itaú BBA foi o assessor da AES Tietê. A operação ainda está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O Complexo Eólico Alto Sertão II está localizado na Bahia e possui capacidade instalada total de 386,1 MW, e energia contratada por 20 anos. Para a AES Tietê, a aquisição é considerada estratégica, uma vez que a empresa tem planos para avançar em energia renovável, afirmaram fontes a par do assunto.

Capitalização. Para a Renova Energia, a venda desse projeto também foi importante. Endividada, a companhia também precisava de caixa para a dar continuidade ao projeto Alto Sertão III, que está em fase adiantada de investimentos. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Notas

» Caindo.

A Usiminas registrou, no ano passado, uma participação de 34% no mercado de aços planos, ante uma meta, estabelecida pelo Conselho de Administração da siderúrgica mineira, de 35% para o exercício. Em 2008, a companhia chegou a ser líder de mercado, com uma fatia de 49%. Procurada, a Usiminas disse que não comenta dados relacionados a seu market share. “A empresa esclarece ainda que esses números são internos, estimados e não precisos, uma vez que outras siderúrgicas divulgam apenas resultados consolidados, sejam eles nacionais ou globais”, frisou.

» Vai também.

A diretoria executiva da Vale terá mais uma mudança. Além de Murilo Ferreira, que deixa a presidência da maior produtora de minério de ferro do mundo no próximo mês, Humberto Freitas, responsável pela Logística e Exploração Mineral da companhia, hoje com 63 anos, decidiu sair da empresa. O executivo assumiu o cargo seis meses depois de Murilo Ferreira ser indicado como presidente da mineradora, em maio de 2011. A Vale não comentou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: H. F.****Título: Tarifas sem indenização**

As tarifas de energia não vão incluir a parcela referente à remuneração sobre as indenizações das transmissoras, uma conta da ordem de R\$ 9 bilhões, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A decisão foi tomada pelo órgão regulador após uma decisão judicial favorável a associações de indústrias que questionavam o pagamento.

De acordo com o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, esse componente já foi excluído dos reajustes tarifários autorizados ontem pelo órgão regulador, caso da Cosern, da Coelce e da Coelba. Para as outras empresas que já passaram por reajuste neste ano, as tarifas serão retificadas e terão valores menores, como as do grupo CPFL, Energisa Mato Grosso e Energia Mato Grosso do Sul.

A ação judicial questionava o pagamento das indenizações para as transmissoras de energia que aceitaram renovar antecipadamente as concessões em 2012. A conta somava R\$ 62 bilhões, dos quais R\$ 27 bilhões correspondem ao pagamento de indenizações devidas de julho de 2017 até o fim da vida útil de cada ativo. A maior parte, R\$ 35 bilhões, se referia ao que as empresas deixaram de receber entre 2013 e 2017, incluindo principal, atualização e remuneração.

Os valores a que as transmissoras têm direito estão relacionados a investimentos em melhoria e expansão de linhas e subestações anteriores ao ano 2000 e que ainda não foram amortizados.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Hamilton Ferrari****Título: Gasolina cai a R\$ 3,29 para quem paga em dinheiro**

O preço dos combustíveis no Brasil atingiram o menor nível em quase sete meses. No Distrito Federal, quem paga em dinheiro consegue encontrar gasolina a R\$ 3,29, menor valor desde outubro de 2016. A capital tem o segundo preço médio mais baixo do país, mas os consumidores ainda esperam novas reduções. Segundo levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), houve uma queda de R\$ 0,22 na gasolina, para R\$ 3,50, nas últimas 10 semanas.

De acordo com o levantamento, os brasilienses só pagam mais caro do que os moradores de São Paulo, onde o litro é comercializado, em média, a R\$ 3,46. O valor médio no país caiu para R\$ 3,63, o menor desde setembro do ano passado.

A redução pode ser explicada pela redução da pressão inflacionária e a queda de R\$ 2,89 para R\$ 2,65 do litro do álcool no país. “Além disso, vai começar a safra do etanol, que pode baratear o preço da gasolina”, afirmou Pires. Esse combustível também é um dos fatores que influencia no preço da gasolina.

Abdalla Jarjour, dono da rede de postos Jarjour, disse que não há redução significativa nas distribuidoras de combustível, o que limita a redução de preços de gasolina e etanol. “Se tem queda, é muito baixa, de um ou dois centavos pelo litro. Pelo menos no Plano Piloto, os postos são obrigados a acompanhar o ritmo e deixar os preços baixos e fazer essas promoções, que são pequenas”, declarou. No DF, o preço da gasolina e do álcool nas distribuidoras estão R\$ 3,22 e R\$ 2,79, respectivamente.

A redução pode ser explicada pela política de preços adotada pela Petrobras, que leva em consideração a cotação do combustível do mercado internacional. O preço do petróleo no exterior está menor, o que incentiva a importação do produto mais barato. “Espero que a lógica de mercado se concretize cada vez mais no Brasil. É preciso manter a política de precificar os combustíveis de acordo com o mercado e não por meio do controle estatal”, disse Adriano Pires, sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie).

A Petrobras revê os preços nas refinarias todos os meses. Ainda não houve decisão no mês de abril. A estatal avalia a tendência de mercado e a cotação do dólar para a precificação.

Consumo

Os gerentes e donos de postos disseram que os preços caíram para atrair clientes e movimentar o mercado. Os consumidores reclamam, porém, que os descontos não são repassados integralmente nas bombas. Pires ressaltou que, antes de chegar às bombas, o custo do combustível varia de acordo com os gastos com

transporte, imposto de cada estado e o próprio mercado. “Por isso, o preço não é repassado integralmente”, concluiu.

O taxista Gilberto Pereira dos Santos, 51 anos, reclama que a queda dos preços se concentrou no Plano Piloto. “Moro no Guará e nos postos de gasolina da cidade nunca tem promoção da gasolina comum, é sempre o mesmo preço”, reclamou. Já o garçom Adriano do Carmo, 23, comemora a redução. “O preço está ótimo e, quando encontro valor baixo, aviso para que os amigos aproveitem também.”

* Estagiários sob supervisão de Rozane Oliveira

Em queda

Compare o valor cobrado pela gasolina em diversos postos do Plano Piloto

Posto Preço 24/1 (em R\$) Preço 18/4 (em R\$)

Ale Próximo à Torre de TV 3,59 3,29

Petrobras Eixo W 103 Sul 3,55 3,59

Petrobras Eixo W 105 Sul 3,66 3,59

Auto Lu's Eixo W 107 Sul 3,79 3,37

Petrobras Eixo w 106 Sul 3,66 3,55

Petrobras Eixo W 113 Sul 3,66 3,54

Shell Eixo W 115 Sul 3,55 3,39

Petrobras Eixo L 214 Sul 3,52 3,61

Petrobras Eixo L 212 Sul 3,79 3,69

JarJour Eixo L 210 Sul 3,52 3,49

PB Eixo L 206 Sul 3,52 3,54

Ipiranga Eixo L 204 Sul 3,69 3,49

Petrobras Eixo L 202 Sul 3,74 3,69

Petrobras Eixo L 203 Norte 3,74 3,69

Ipiranga Eixo L 204 Norte	3,89	3,49
JarJour Eixo L 206 Norte	3,52	3,45
Petrobras Eixo L 208 Norte	3,52	3,45
Ipiranga Eixo L 210 Norte	3,69	3,54
Shell Eixo L 212 Norte	3,54	3,45
Petrobras Eixo L 214 Norte	3,55	3,45
Petrobras Eixo W 113 Norte	3,55	3,45
Ipiranga Eixo W 112 Norte	3,52	3,45
Shell Eixo W 109 Norte	3,56	3,46
Petrobras Eixo W 107 Norte	3,70	3,46
Petrobras Eixo W 105 Norte	3,70	3,69
Petrobras Eixo W 103 Norte	3,74	3,74

Fonte: Pesquisa Correio

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Andre Ramalho

Título: Petrobras sai em defesa de perdão para Libra

A Petrobras estima que, mesmo obtendo o aval da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para contratar no exterior o afretamento da primeira plataforma do megaprojeto de Libra, cerca de 40% dos gastos com a construção da embarcação ficarão no Brasil. Em meio às críticas da cadeia de fornecedores nacionais, a Petrobras saiu ontem em defesa do pedido de perdão pelo não cumprimento dos compromissos de conteúdo local ("waiver", em inglês) para contratação da unidade flutuante (FPSO), estimada em US\$ 1,5 bilhão.

Numa concorrida audiência pública para tratar do assunto, o gerente-executivo da Petrobras em Libra, Fernando Borges, tentou mostrar que o discurso de que o consórcio (liderado pela estatal em sociedade com a Shell, Total, CNPC e CNOOC) quer "conteúdo local zero" para o projeto, previsto para 2020, é falso.

"Dizer que a Petrobras mudou de postura e quer a desnacionalização é uma inverdade. Um FPSO desse porte envolve investimentos significativos: 40% do dispêndio da construção do valor do bem é gasto no Brasil e assim será feito, se permitido" afirmou Borges.

Ele explicou que a estimativa da companhia toma como base o histórico da construção das últimas oito plataformas afretadas pela companhia. Em média, de acordo com o gerente, 53% do custo dessas unidades foi dispendido no exterior e 47% no Brasil. Embora reconheça que os gastos no país incluam despesas com importação de equipamentos para construção de módulos nos estaleiros brasileiros, Borges argumenta que a maior parte do custo é gasto diretamente com o fornecedor nacional.

A ANP ainda não possui um posicionamento sobre o perdão. O diretor da agência, José Gutman, indicou, no entanto, que o órgão regulador pode vir a conceder um perdão parcial. Ele explicou, contudo, que o contrato de partilha inclui índices de conteúdo local diferentes para cerca de 45 itens que compõem uma plataforma e que a ANP analisará, item por item, a viabilidade de cumprimento dos percentuais de nacionalização.

"No fundo, o que a ANP vai fazer de forma técnica é, para cada item e subitem, analisar se indefere ou não indefere [o perdão] ou ainda se utiliza o instituto contratual do ajuste [do conteúdo local, conforme previsto em contrato]", afirmou. "Não vai ser necessariamente tudo ou nada", complementou Gutman, em referência ao pedido para perdão de 100% para o contrato de afretamento da plataforma.

A falta de competitividade dos fornecedores locais é a base do pedido do consórcio de Libra. Durante a audiência, contudo, representantes da cadeia fornecedora contestaram o argumento da Petrobras de que a licitação com os índices originais de conteúdo local gerou um sobrepreço de 40%. O Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval e Offshore (Sinaval) defende que o pedido de perdão é ilegal porque se baseia num sobrepreço nunca comprovado.

Já o presidente da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, ressaltou que a proposta original foi apresentada em agosto de 2016, em meio ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

"O orçamento foi feito quando o risco Petrobras e do Brasil estava no ápice", lembra Velloso, que aposta na judicialização do caso.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Roberto Castelo Branco****Título: Negócios versus mercado**

A interação entre políticos populistas e capitalistas inimigos do capitalismo tem como consequência as políticas pró-negócios. Como definiu Luigi Zingales, da Universidade de Chicago, políticas pró-negócios usam a intervenção do Estado para favorecer alguns eleitos discricionariamente. Podem produzir bons resultados no curto prazo, são ricas em oportunidades para rent-seeking e no longo prazo implicam crescimento econômico anêmico e mais desigualdade. Em contraste, políticas pró-mercado não envolvem favoritismo a setores e/ou empresas e proporcionam crescimento econômico sustentável e mobilidade social e econômica, com redução de desigualdade e pobreza.

Capitalistas sabotadores do capitalismo detestam competição e adoram favores do Estado, o que mina a confiança na economia de mercado e acaba produzindo demandas da sociedade por mais intervenção, criando um círculo vicioso.

A expansão de crédito subsidiado do BNDES em 2007/2014, política pró-negócios, deixou verdadeiro rastro de destruição, com aumento de dívida pública, queda de produtividade, redistribuição de renda em favor dos mais ricos e poder de mercado para os "campeões nacionais". Diante da nova postura do BNDES, orientada por critérios racionais para a promoção do crescimento econômico, os capitalistas inimigos do capitalismo passaram a exercer pressões políticas para mudar sua direção. São as velhas práticas reagindo às iniciativas pró-mercado.

Juros subsidiados, incentivos fiscais e barreiras à competição são concedidos sob o argumento da criação de empregos. O problema é que o foco das atenções se resume apenas aos empregos criados, não se considerando os custos sociais. A olho nu, não são visíveis os empregos perdidos em outros setores e aqueles que deixaram de ser gerados em função das distorções na alocação de recursos e da dívida pública para financiar o aumento de gastos e as renúncias tributárias.

A situação do Rio de Janeiro no que concerne a incentivos fiscais é ilustrativa. Isenções geraram empregos em alguns setores, porém em troca de elevados custos sociais, tendo se transformado ao mesmo tempo em fonte de corrupção.

A Zona Franca de Manaus há 50 anos é exemplo de desperdício de recursos sociais. Isenções fiscais, estimadas em R\$ 35 bilhões para este ano, meramente induziram empresas industriais a se mudar de outras regiões do Brasil. Não se formou um polo de exportação, pois a indústria local não adquiriu capacidade

nem possui estímulos de mercado para competir no mercado global, marca típica das políticas industriais brasileiras.

Tal distorção foi lamentavelmente prorrogada por mais 50 anos, quando teria sido mais eficiente e mais eficaz sua substituição por investimentos em capital humano e infraestrutura, com retorno social esperado elevado e bases essenciais para o desenvolvimento econômico.

Capitalistas sabotadores do capitalismo detestam competição e adoram favores do Estado

A Petrobras sofreu, até 2014, processo semelhante ao que os russos apelidaram de "prikhvatizatsiya" (privatização por dentro), a dilapidação das estatais soviéticas no final do governo Gorbachev por burocratas e políticos. A sangria foi estancada pela Lava-Jato e a nova administração da Petrobras tem registrado progressos em sua reestruturação.

Diante disso e do fim do superciclo de preços do petróleo, esperava-se que a regulação da indústria do petróleo, de cunho estatizante e causadora de perdas de produtividade, sofresse significativa mudança. De fato, foi eliminada a obrigação de a Petrobras investir em pelo menos 30% de cada projeto do pré-sal e reduzidos os percentuais mínimos obrigatórios de conteúdo local na exploração e desenvolvimento de projetos.

A simples diminuição de percentuais não basta, até mesmo porque estes podem voltar a se elevar. A exigência de conteúdo local existe há 20 anos, tempo suficiente para que os fornecedores domésticos desenvolvessem as competências requeridas para se expor à competição global. A infância já ficou para trás e é hora de assumir a maioridade, explicitando o "phase out" da política de conteúdo local. Até mesmo a reserva de mercado para a informática tinha duração limitada; e na Noruega, cujo modelo foi supostamente copiado na regulação do petróleo no Brasil, o conteúdo local mínimo foi por prazo definido.

Não foram incluídas também restrições a diferenciais de preços relativamente aos do mercado internacional. A ausência dessa limitação é responsável por sérias distorções, como o prêmio de 40% para uma plataforma para o campo de Libra demandado pela indústria local, protegida pela barreira anticompetição erguida pelo governo e fiscalizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A definição do papel da ANP é uma questão a merecer correção, pois desempenha três funções: reguladora do mercado de petróleo e gás, arrecadadora de tributos e elevadas multas e protetora dos interesses dos fornecedores da indústria que regula.

A herança geológica é condição necessária para o florescimento da indústria de recursos minerais, como petróleo e mineração. Entretanto, ao contrário do que pensam os defensores da intervenção estatal, não é condição suficiente. A evidência empírica para a mineração, cujo "economics" é semelhante ao petróleo, indica que descobertas e investimentos só tendem a aumentar em função da melhoria da qualidade do ambiente institucional, como demonstram os casos bem-sucedidos do Chile e Peru.

Continuamos a optar por um modelo que restringe o desenvolvimento da indústria do petróleo e estimula o desenvolvimento de uma indústria de máquinas e equipamentos de baixa produtividade, com reflexos macroeconômicos anticrescimento.

O crescimento medíocre das últimas décadas foi em grande parte resultado de políticas pró-negócios com distorções redutoras da produtividade. É inaceitável que se continue a ceder às velhas pressões do capitalismo de Estado e manter o Brasil no atraso.

Roberto Castello Branco é pesquisador do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Fundação Getulio Vargas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marli Olmos

Título: O carro elétrico encanta, mas ainda depende de infraestrutura

É difícil não encantar com o carro elétrico quando se está a bordo de um, seja ao volante ou no banco do passageiro. Transitar num veículo que não faz barulho nenhum tende a se transformar em algo corriqueiro no futuro. Mas, por enquanto, a novidade surpreende. O conforto de um carro que desliza pelo asfalto com suavidade, sem os sobressaltos das marchas, é inquestionável. Mas a recarga das baterias no Brasil ainda é um problema. Além da falta de infraestrutura nas ruas nem sempre a tomada certa está ao seu alcance.

Se você comprar um automóvel movido a eletricidade certamente encontrará alguns inimigos pelo caminho. Como Marcelo, dono de oficina em um bairro em São Caetano do Sul (SP). O mecânico analisou o BMW i3 com muita desconfiança. "Quem usa marcapasso não pode andar nisso aí, não", diz. O risco de choque, acredita ele, é elevado.

Não é à toa que o mecânico fala mal da novidade. No mundo dos elétricos não há pistões, bronzinas, óleo de motor... Não há graxa, enfim. Por isso, o mecânico de São Caetano fatalmente será uma das vítimas a perder emprego no dia em que

carros movidos a motor de combustão fizeram parte do passado. O espaço sob o capô do elétrico serve simplesmente como porta-treco. As baterias do i3 ficam abaixo do porta-malas, na parte traseira.

Recarregar as baterias hoje, no Brasil, não é tão simples. O motorista pode frustrar-se ao chegar em casa com a pretensão de deixar o carro na tomada a noite toda, como se faz com o celular, até o dia seguinte. Primeiro, a quem mora em prédios, vale lembrar que nem sempre a tomada da garagem fica perto da sua vaga.

Em casos excepcionais, como nesse teste, vale até pedir ao vizinho da vaga da tomada emprestar seu espaço por uma noite. Mas de nada vai adiantar o esforço se a tomada não for aterrada. "Infelizmente esse é um problema; nem sempre há o costume de aterrar", diz o gerente de projetos de marketing e mobilidade da BMW, Henrique Miranda.

Por questões de segurança se a tomada não for aterrada, o carro "não aceita" e não executa o carregamento. Pelo mesmo motivo o sistema também recusa determinados adaptadores. Mas se tudo der certo, numa tomada de 220v a bateria pode ser totalmente carregada em oito horas, o que dá, no i3, autonomia de 160 quilômetros.

Mas a boa notícia é que o carro tem um reservatório de gasolina para um pequeno motor que serve exclusivamente para carregar as baterias. Com mais esse dispositivo é possível rodar até 300 quilômetros, segundo o fabricante.

Para driblar o problema com tomadas, a BMW criou um equipamento específico para carregar baterias, chamado "wallbox". Quem comprar o carro, que custa R\$ 159,9 mil na versão de entrada, pode levar o "wallbox" por mais R\$ 8,6 mil. Na fase experimental no Brasil, a montadora alemã espalhou essas caixas de recarga em alguns shoppings, lojas do Pão de Açúcar e postos Ipiranga.

É uma opção interessante. Mas, quem não tem o próprio wallbox e resolve recorrer aos postos que oferecem o serviço gratuitamente, é bom lembrar que vai precisar de algum tempo mesmo para uma recarga rápida. Como no Pão de Açúcar o local do estacionamento, onde está o wallbox, só é gratuito mediante compras, você vai precisar gastar tempo e dinheiro enquanto espera pelo carregamento.

Ao chegar no trabalho, um prédio mais novo, um alívio: foi fácil encontrar uma tomada 220 aterrada. Estava no espaço do serviço de lavagem a seco de carros. Ali o carro ficou durante o expediente por cortesia dos lavadores, que emprestaram a tomada que habitualmente usam para ligar o aspirador de pó. Fomo salvos pela novidade.

Apesar de lançado no Brasil há mais de dois anos, apenas 171 BMW i3 rodam no país. Ávidos por conhecer o carro, os rapazes do lava-rápido oferecem a tomada com alegria. Certamente a cordialidade não seria a mesma se todos os condôminos tivessem carros elétricos. Como será, no futuro, a partilha da conta de energia?

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Vencedor do leilão de transmissão busca alternativas ao BNDES

A maioria dos investidores que venceram o último leilão de linhas de transmissão, em outubro, o primeiro sob a nova política de financiamento do BNDES para o setor, com empréstimos a taxas de mercado, não pretende contar com recursos do banco estatal para a construção de seus projetos. Ao todo, a licitação negociou 21 dos 24 lotes ofertados, com previsão de investimentos de R\$ 12 bilhões. Entre os ganhadores estão gigantes tradicionais do setor como ISA Cteep, Taesa e Alupar, além de grandes companhias estreantes, como Equatorial e EDP, e fundos e bancos de investimento, entre eles Pátria e BTG Pactual.

No total, o leilão de outubro e o que será realizado na segunda-feira somam R\$ 25 bilhões em investimentos, um valor expressivo. Mesmo assim, o crédito mais caro oferecido pelo BNDES não afastou investidores na última disputa e também não deverá afetar a atratividade do próximo.

Executivos e especialistas ouvidos pelo Valor acreditam que a concorrência da próxima semana será maior do que a de outubro, principalmente devido à melhoria do cenário macroeconômico, aliada ao aumento da taxa de rentabilidade dos contratos. O financiamento dos projetos, porém, é uma incógnita, já que ainda não houve tempo suficiente para avaliar o novo modelo financeiro na prática. No leilão de segunda-feira, serão ofertados 35 lotes, com investimento previsto de R\$ 13,1 bilhões.

Com relação ao último leilão, o Valor apurou que algumas das empresas desenharam a estruturação financeira de seus projetos prevendo utilizar recursos de mercado, complementando com debêntures de infraestrutura, ou ainda vão avaliar o cenário de financiamento. Alguns agentes também se desalavancaram anteriormente para fazer frente aos investimentos ou pretendem acionar suas holdings para obter recursos.

Um dos motivos para não contar com recursos do BNDES, segundo executivos ouvidos pelo Valor, é que as taxas aplicadas pelo banco de fomento, na nova

política de financiamento, acabaram ficando mais caras do que outras opções no mercado.

"O BNDES saiu de uma linha subsidiada para uma linha a mercado que ficou acima do custo de mercado", afirma um executivo. "As taxas estão muito caras, há outras alternativas", diz o representante de outro vencedor do leilão de outubro.

O Pátria, conforme o Valor apurou, não usará crédito do BNDES para fazer os R\$ 2,5 bilhões em investimentos das linhas que arrematou nos leilões de outubro e abril do ano passado. Metade dos recursos necessários serão de capital próprio do fundo.

Já a ISA Cteep ainda não definiu as condições de financiamento dos investimentos nas linhas do leilão de outubro, mas considera o BNDES para conseguir a contratação dos projetos, segundo o diretor financeiro e de relações com investidores da transmissora, Rinaldo Pecchio. "As condições de financiamento mudaram, mas o BNDES continua sendo uma fonte interessante de financiamento de longo prazo".

Outro executivo conta que deve dedicar os primeiros 24 meses nos trabalhos de licenciamento ambiental e de negociação fundiária das linhas, quando são desembolsados apenas 5% do investimento total previstos nos projetos. Após essas etapas, ele avaliará as condições de mercado para decidir se utilizará, ou não, o BNDES.

"O BNDES ainda tem um prazo mais longo que os demais, de 20 anos, mas as taxas a mercado cobradas agora são efetivamente de mercado ou até mais caras. Há uma tendência bastante forte de esses projetos buscarem outras alternativas de financiamento", afirma o chefe de Project Finance do Santander, Diogo Berger. "O mercado de capitais também gosta bastante desse setor [de transmissão] e deve participar com percentual bastante relevante com debêntures de infraestrutura."

De 2003 a 2016, o banco apoiou 122 projetos de linhas de transmissão, financiando R\$ 26 bi, de um total de R\$ 50,9 bi

Segundo Thais Prandini, diretora da consultoria Thymos Energia, a mudança nas condições do BNDES uniformiza as condições de crédito. "Se você para de dar subsídio, as condições de mercado ficam uniformes para todo mundo. Os investidores começam a ter outras alternativas, a criar estruturas mais inteligentes e a buscar financiamentos internacionais", conta.

A especialista explica que o mais importante, em sua visão, é que a taxa de rentabilidade (o "Wacc", na sigla em inglês) do leilão esteja compatível com o financiamento mais caro. "Partindo desse princípio, o ponto importante para ter

resultado no projeto é conseguir uma linha de crédito um pouco menos cara e conseguir um retorno maior para o investidor."

A decisão de investidores de não contar com recursos do BNDES está, de certa forma, de acordo com a intenção do governo de fazer com que o mercado de capitais participe cada vez mais do financiamento de projetos de infraestrutura do país. Por outro lado, há o risco de os investidores não fecharem a equação financeira no prazo esperado e haver um descasamento em relação ao cronograma firmado com a Aneel para a construção das linhas. O fim do empréstimo-ponte também é um risco adicional.

"Para um ambiente de competição, sem dúvida, esse [financiamento] é um desafio que os competidores terão que enfrentar. O prazo é apertado para montar uma operação financeira", destaca o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Para o leilão de outubro, o BNDES alterou o financiamento de até 50% do investimento com taxa de juros de longo prazo (TJLP) para o limite de até 80%, porém com taxa de mercado. Por outro lado, o banco ampliou de 12 para 20 anos o prazo e prevê adquirir até 50% das debêntures dos projetos.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, para o leilão da próxima semana, o BNDES fez pequenas alterações, como a possibilidade de adquirir até 100% das debêntures emitidas pelo empreendimento.

A diretora das áreas de Energia, Gestão Pública e Socioambiental e de Saneamento e Transporte do BNDES, Marilene Ramos, disse, em evento recente, que o banco trabalha para reduzir o período de aprovação de projetos de financiamento, para até 180 dias. De 2003 a 2016, o BNDES apoiou 122 projetos de transmissão, financiando R\$ 26 bilhões, de um total de R\$ 50,9 bilhões de investimentos.

Para Eduardo Borges, sócio especialista em energia da Cypress, empresa especializada em fusões e aquisições, captações e operações estruturadas, a melhora do ambiente macroeconômico do país nos últimos anos deve reduzir o custo de financiamento dos projetos. "A financiabilidade dos projetos do último leilão está bastante confortável. De lá para cá, os indicadores macroeconômicos melhoraram, assim como eles devem melhorar daqui para a frente, por isso os retornos serão ainda mais disputados [no próximo leilão]."

A ISA Cteep ainda não definiu se participará do leilão de segunda-feira. "Houve algumas alterações de percentual nas condições de financiamento, estamos colocando nas nossas análises para ver como refletem numa eventual participação da companhia", diz Pecchio

A Engie Brasil Energia (antiga Tractebel Energia), que planeja investir R\$ 2,5 bilhões no leilão da próxima semana, também avalia buscar no mercado o financiamento dos projetos que consiga arrematar. "Vamos a mercado com uma debênture de infraestrutura e até mesmo que seja por um prazo mais curto do que um empréstimo do BNDES, mas com taxa de mercado", afirma Eduardo Sattamini, presidente da Engie Brasil Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Aneel indica acordo para disputa sobre transmissão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) se mostrou favorável a um acordo com transmissores e consumidores de energia sobre as condições de pagamento das indenizações por ativos antigos de transmissão. Ainda não há acerto, porém, sobre o valor correspondente à indenização e qual a fatia da remuneração sobre os investimentos.

A Abrace (associação que representa grandes consumidores de energia) conseguiu, na semana passada, uma liminar determinando que a Aneel retire das indenizações - que se referem à ativos de transmissão não amortizados que foram renovados antecipadamente pela MP 579 em 2012 - a parcela correspondente à remuneração dos investimentos. No entendimento da associação, o montante corresponde a R\$ 35 bilhões do total de R\$ 62 bilhões que serão pagos às transmissoras.

No entendimento da Aneel, porém, a fatia corresponde a R\$ 8,9 bilhões. Ontem, durante reunião ordinária da autarquia, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, chegou a dizer que a decisão judicial obtida pela Abrace foi "robusta" e "bem fundamentada", e apontou que a suspensão do critério de remuneração sobre o custo de capital próprio poderia ser seguida pelo Ministério de Minas e Energia para pacificar a questão. Para isso, bastaria editar uma nova portaria.

Nas revisões tarifárias aplicadas ontem, a Aneel já excluiu do cálculo essa fatia de R\$ 8,9 bilhões, correspondente à remuneração.

Para os consumidores, apenas esse valor pode não ser suficiente. A ação judicial não questiona o valor da indenização, mas a origem dos recursos: todos os consumidores, por meio da tarifa. Segundo a Abrace, dos R\$ 62 bilhões, R\$ 35,2 bilhões se referem exclusivamente a encargos moratórios pelo atraso no pagamento das indenizações, que deveria ter acontecido em 2013, quando aconteceu, de fato, a renovação das concessões.

A Abrace alega que as indenizações não se referem à prestação do serviço público de transmissão. Por isso, não podem ser pagas pela tarifa, mas sim pela União, por meio de recursos do Tesouro.

As transmissoras seguem contando com o recebimento integral das indenizações a partir deste ano. A Cteep avalia ter R\$ 8,8 bilhões a receber, enquanto a Eletrobras tem R\$ 36,5 bilhões a título de ressarcimento. Os valores já foram lançados nos resultados das duas em 2016.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Distribuição de aço não acompanha recuperação

Apesar da recuperação do consumo de aço no Brasil e das vendas internas pelas siderúrgicas que se desenhou no começo do ano, a distribuição parece não compartilhar do melhor momento. Dados informados ontem pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) mostram que no primeiro trimestre as vendas da rede associada caíram 8,7%, em comparação anual, para 708,6 mil toneladas.

Enquanto isso, os números do Instituto Aço Brasil, que acompanha as fabricantes, demonstram melhora de 4,1% no volume comercializado internamente durante o primeiro bimestre, também sobre o mesmo período de 2016, para 1,45 milhão de toneladas. Nos dois casos, só o segmento de aços planos é considerado.

Isso se deve, em parte, porque o Inda parece estar perdendo participação no consumo aparente - que reúne tanto produtos nacionais como importados -, segundo o presidente da entidade, Carlos Loureiro. Uma explicação, segundo ele, seria de que o aço plano esteja passando menos pelas mãos das distribuidoras e sendo enviado direto das usinas para os clientes.

A perspectiva anterior do instituto, de um crescimento de 5% nas vendas durante 2017, parece menos crível. "No fim do ano passado, já dizíamos que as vendas subiriam 5% neste ano. Agora, ficou muito mais difícil", disse Loureiro. "Na melhor das hipóteses, vamos ficar no zero a zero." Uma revisão deve ocorrer no mês que vem.

O presidente do Inda ainda alertou sobre as dificuldades de preço do aço nacional e o crescente risco de importação. Para ele, a percepção dos compradores de que o produto local está caro demais em relação ao internacional está trazendo de volta com força esse competidor, que estava fora do mercado.

O cenário atual, de preços lá fora em queda e câmbio favorável, diz ele, traz instabilidade para a cotação no Brasil. Mesmo assim, não se sabe de potenciais descontos que as empresas estejam praticando para impedir perda de mercado.

Nos cálculos de Loureiro, o prêmio atual do laminado a quente brasileiro - ou seja, quão mais caro o produto é em relação ao chinês, principalmente - já ultrapassa os 20%. No caso de bobinas a frio, a diferença é superior a 35%. Para o aço zincado, o prêmio é ainda maior, de 40%. O dólar considerado nessa conta foi de R\$ 3,10.

Preocupa, ainda, o potencial de crescimento da importação. Em abril, já se acredita que a importação crescerá frente a março, quando já houve alta de 85,3% de um mês para o outro, diz Loureiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Distribuição de aço não acompanha recuperação

Apesar da recuperação do consumo de aço no Brasil e das vendas internas pelas siderúrgicas que se desenhou no começo do ano, a distribuição parece não compartilhar do melhor momento. Dados informados ontem pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) mostram que no primeiro trimestre as vendas da rede associada caíram 8,7%, em comparação anual, para 708,6 mil toneladas.

Enquanto isso, os números do Instituto Aço Brasil, que acompanha as fabricantes, demonstram melhora de 4,1% no volume comercializado internamente durante o primeiro bimestre, também sobre o mesmo período de 2016, para 1,45 milhão de toneladas. Nos dois casos, só o segmento de aços planos é considerado.

Isso se deve, em parte, porque o Inda parece estar perdendo participação no consumo aparente - que reúne tanto produtos nacionais como importados -, segundo o presidente da entidade, Carlos Loureiro. Uma explicação, segundo ele, seria de que o aço plano esteja passando menos pelas mãos das distribuidoras e sendo enviado direto das usinas para os clientes.

A perspectiva anterior do instituto, de um crescimento de 5% nas vendas durante 2017, parece menos crível. "No fim do ano passado, já dizíamos que as vendas subiriam 5% neste ano. Agora, ficou muito mais difícil", disse Loureiro. "Na melhor das hipóteses, vamos ficar no zero a zero." Uma revisão deve ocorrer no mês que vem.

O presidente do Inda ainda alertou sobre as dificuldades de preço do aço nacional e o crescente risco de importação. Para ele, a percepção dos compradores de que o produto local está caro demais em relação ao internacional está trazendo de volta com força esse competidor, que estava fora do mercado.

O cenário atual, de preços lá fora em queda e câmbio favorável, diz ele, traz instabilidade para a cotação no Brasil. Mesmo assim, não se sabe de potenciais descontos que as empresas estejam praticando para impedir perda de mercado.

Nos cálculos de Loureiro, o prêmio atual do laminado a quente brasileiro - ou seja, quão mais caro o produto é em relação ao chinês, principalmente - já ultrapassa os 20%. No caso de bobinas a frio, a diferença é superior a 35%. Para o aço zincado, o prêmio é ainda maior, de 40%. O dólar considerado nessa conta foi de R\$ 3,10.

Preocupa, ainda, o potencial de crescimento da importação. Em abril, já se acredita que a importação crescerá frente a março, quando já houve alta de 85,3% de um mês para o outro, diz Loureiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Kauanna Navarro

Título: Joint venture da Petrobras em biodiesel pede recuperação

Com dívidas que se aproximam de R\$ 40 milhões com pequenos produtores e bancos, a BioÓleo entrou com pedido de recuperação judicial no fim de março. A empresa, localizada em feira de Santana, interior da Bahia, tem como sócios a 2R Participações e a Petrobras, cada uma com fatia de 50%. A expectativa é de que o pedido de recuperação seja deferido ainda hoje.

Segundo Hilton Lima, sócio da 2R Participações, o pedido de recuperação tem relação com problemas derivados justamente da parceria com a Petrobras. Quando foi feita a proposta de sociedade, em 2010, a ideia era que a BioÓleo se tornasse a principal fornecedora de óleo refinado de origem vegetal para a fábrica da petroleira localizada em Candeias (BA). Isso, disse Lima, criou a necessidade de a empresa, que antes operava de forma independente, fazer aportes mais expressivos que os inicialmente planejados para elevar as capacidades de refino e esmagamento.

A Petrobras comprou em agosto de 2010, por R\$ 15,5 milhões, 50% das ações da 2R Participações na BioÓleo, fundada em 2007. Logo depois as sócias fizeram um aporte de R\$ 6 milhões na empresa, dividido em partes iguais. Com esse fôlego

extra, a BioÓleo investiu R\$ 16 milhões em uma esmagadora de soja, mas desde o fim de 2014, os investimentos pararam, segundo Hilton Lima.

Vieram, então, as investigações de corrupção e a crise financeira da Petrobras, que decidiu se desfazer de vários negócios, entre os quais os da área de biocombustíveis. No início da sociedade, a BioÓleo, com capacidade de produção de 54 mil toneladas por ano de óleo, vendia 45 mil toneladas anuais de óleo refinado à petroleira, mas em 2016 as vendas recuaram, conforme Lima, para cerca de 10 mil.

Como cliente compradora desse óleo, a Petrobras não tem dívidas com a BioÓleo. Mas como sócia da empresa, também está inadimplente com os credores.

Hoje, disse Lima, a BioÓleo tem débitos com bancos da ordem de R\$ 37 milhões, além de R\$ 3 milhões com pequenos fornecedores de óleo de caroço de algodão.

Procurada, a Petrobras Biocombustível afirmou, em nota, que "cumpre suas obrigações e vem avaliando com o sócio soluções para o negócio". A estatal informou, ainda, que as sucessivas quebras de safra de mamona (uma das matérias-primas usadas para a produção dos óleos vegetais) comprometeram uma importante fonte de receita, o que afetou a geração de caixa da BioÓleo.

Conforme Airton Carneiro, sócio da Carneiro Indústria e Comércio, entre os credores da empresa está um grupo de dez pequenos produtores nordestinos de caroço de algodão. Para a Carneiro Indústria, afirmou, a BioÓleo está devendo R\$ 840 mil, referentes a 300 mil quilos de óleo de caroço de algodão.

A petroleira já sinalizou que não pretende voltar a elevar as apostas em biocombustíveis, como parte da estratégia adotada para mitigar os efeitos da crise. A Petrobras começou a se afastar oito anos após voltar a realizar aportes expressivos no segmento, época em que o governo Lula prometia tornar o Brasil a "Arábia Saudita do etanol".

Em etanol, a estatal já saiu da parceria com a Tereos na Guarani e da sociedade com a São Martinho na Nova Fronteira - embora ainda não tenha vendido as ações da São Martinho que recebeu nessa "separação". A Petrobras permanece com uma participação na Bambuí Bioenergia, por meio da sociedade na Turdus Participações.

"O problema é que a Petrobras, saindo do setor, não demonstra interesse em resolver esses débitos", afirmou Thyago Périgo, diretor comercial do Grupo Aba Brasil, empresa que faz a intermediação comercial entre os produtores e a BioÓleo. (Colaborou Camila Souza Ramos)

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Chrystiane Silva****Título: Vale descola do preço de minério**

Antes mesmo de ser concluído, o processo de reorganização societária da Vale, anunciado no dia 20 de fevereiro, já produziu efeitos importantes. As ações da mineradora passaram a ser negociadas com menos desconto em relação aos seus pares no mercado internacional - por conta da percepção de melhora da governança -, assim como apresentaram um descolamento em relação ao minério de ferro.

A correlação entre os preços da commodity e a ação da Vale, que chegou a 94% em 12 meses, caiu para 63% se considerados os últimos dois meses. Hipoteticamente, isso significa que, para cada US\$ 1 de variação da commodity, a ação da Vale tende a oscilar US\$ 0,63.

Para se ter ideia, nos últimos dois meses, enquanto os recibos de ações ordinárias da Vale (ADR, negociados na bolsa de Nova York) caíram 22%, a cotação da tonelada do minério de ferro teve um recuo maior, de 32%.

O investidor sempre exigiu um desconto maior para comprar ações da Vale, segundo especialistas, porque considerava a gestão da empresa menos eficiente do que a de companhias concorrentes. Com o anúncio da reorganização societária, a expectativa é que o modelo de governança da companhia melhore. A reestruturação da Vale, que busca transformar a mineradora numa corporation, de capital pulverizado, prevê a conversão voluntária das ações preferenciais classe A (PNA) em ordinárias na proporção de 0,9342 ação ordinária por 1 ação PNA.

A empresa já vinha trabalhando nos últimos anos para se tornar mais eficiente e ter sua geração de caixa e resultados financeiros menos dependentes dos preços do minério de ferro. O analista do Citi Thiago Ojea destaca que, em períodos longos, sempre vai ser possível verificar uma maior correlação entre a ação da Vale e o preço do minério de ferro. "Mas, agora, a questão da governança está ganhando força", diz.

O Citi tem recomendação de compra para os ADRs de Vale, mas revisou ontem o preço-alvo de US\$ 14 de US\$ 13,60. O novo preço-alvo representa um potencial de valorização de cerca de 60% sobre os preços de ontem. Em relatório assinado por Ojea e Alexander Hacking, o Citi disse que manteve a recomendação de compra para a Vale com base no forte retorno de fluxo de caixa livre (indicador que relaciona o fluxo de caixa com o valor de mercado de uma empresa), de 10%

a US\$ 50 por tonelada do minério, 15% a US\$ 60 por tonelada e 20% a US\$ 70 por tonelada. Os analistas destacaram ainda o crescimento importante no volume de minério de ferro, que compensa parcialmente os preços mais baixos, diferentemente do último ciclo de baixa.

O Citi elevou sua projeção de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) para a Vale em 2017 e 2018, para US\$ 16,3 bilhões e US\$ 11,7 bilhões, respectivamente, ambos com alta de 6% com relação à estimativa anterior. Para o primeiro trimestre, a estimativa para o Ebitda é de US\$ 4,5 bilhões.

A divulgação do balanço pela empresa, previsto para o próximo dia 27, é outro evento que pode reforçar o descolamento das ações da Vale em relação ao preço do minério de ferro, na avaliação de Adeodato Volpi Netto, estrategista da Eleven Research. Segundo ele, depois de um resultado financeiro ruim em 2015, a Vale aumentou a sua eficiência e reduziu custos de produção, o que a torna menos dependente da variação dos preços do minério de ferro. "A companhia criou uma estrutura de capital para ter resultado positivo com o preço do minério de ferro a US\$ 50 por tonelada", destaca.

Nos cálculos de Volpi Netto, considerando um preço do minério em US\$ 75 a tonelada, a relação entre a dívida líquida e o Ebitda cairia de 2,2 vezes em 2016 para 0,8 vez neste ano e para 0,3 vez em 2018. Já a relação entre o valor da companhia e o Ebitda passaria de 8,3 vezes em 2016 para 4,2 vezes em 2017 e 3,9 vezes em 2018. "A Vale tem uma operação rentável com o preço do minério entre US\$ 65 e US\$ 68 por tonelada", diz. O estrategista considera que o resultado financeiro do primeiro trimestre deste ano da Vale deve mostrar um Ebitda de US\$ 5,2 bilhões. "Mantemos a recomendação de compra para a ação PNA e colocamos o preço-alvo em R\$ 42 [potencial de ganho de cerca de 65%]", diz.

De acordo com os analistas do BTG Pactual Leonardo Correa e Caio Ribeiro, nos últimos anos, o progresso da Vale tem sido louvável sob vários ângulos: redução dos custos de caixa, diminuição da alavancagem de 3,5 vezes para 2,1 vezes, desinvestimentos e venda de ativos, além de melhorias potenciais de governança corporativa. Em relatório distribuído a clientes, os analistas consideram que, assumindo que o preço médio do minério de ferro se mantenha em US\$ 80 por tonelada neste ano e caia para US\$ 55 a tonelada, há um potencial de alta de 20% de valor para a Vale. O BTG mantém a recomendação neutra para a empresa e coloca o preço-alvo do ADR em US\$ 10.

Desde o começo do ano, os ADRs da Vale com lastro em ações ordinárias acumulam ganhos de 12,5% e, nos últimos 12 meses, de 62,6%. Os ADRs da Rio Tinto, uma de suas principais concorrentes, sobem 0,42% no ano e 19% em 12

meses. Já o preço do minério de ferro registra queda de cerca de 20% no ano, mas ainda sobe 12% em 12 meses.

A commodity ganhou força depois da posse do presidente americano, Donald Trump, no começo de novembro do ano passado, que prometeu grandes investimentos em infraestrutura no país, o que favoreceu as ações da Vale. Mas há outros fatores que explicam a valorização do papel. "Foi um período marcado pela volta do investidor estrangeiro para o mercado de ações, a retomada da confiança sobre a economia e políticas econômicas mais críveis", diz Raphael Figueredo, analista da Clear Corretora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Queiroz Galvão Óleo e Gás busca estender prazo de dívida

A Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) Constellation busca a extensão das dívidas bancárias e do mercado de capitais para equalizar a sua estrutura financeira e ter mais flexibilidade para passar pelo momento adverso do setor.

A companhia anunciou neste mês uma oferta para troca de US\$ 700 milhões de bônus com vencimento em 2019 e taxa de 6,25% por novos papéis com prazo de 2024 e taxa de 8,5%. A QGOG também pretende eliminar as principais cláusulas restritivas ("covenants") dos papéis. Segundo uma fonte próxima à operação e que preferiu não ser identificada, essa é uma etapa de um processo que envolve também alongamento de dívida e renovação e extensão de contratos com a Petrobras.

Segundo esse interlocutor, as dívidas bancárias são atreladas aos projetos, com garantia de recebíveis e dos próprios ativos, e começam a vencer em 2017 e em 2018. Esses passivos bancários teriam senioridade diante dos bônus emitidos pela holding no exterior e sem garantia. Como o vencimento dos bônus acontece em 2019, as instituições não querem alongar as outras dívidas e ficar com um prazo posterior para não ficar subordinado em relação ao prazo. Isso levou a companhia a buscar a troca dos papéis, afirmou a fonte.

"Com os projetos começando a vencer em 2017 e 2018, a empresa tem que trabalhar na renovação e extensão dos contratos, mas os preços do petróleo de hoje não são os mesmos do início dos financiamentos. É natural, no processo de gestão do passivos, que eles precisem alongar a dívida para caber no fluxo de caixa", diz o interlocutor.

Pela primeira proposta da companhia, os detentores de bônus teriam até ontem para aderir à operação e trocar um papel pelo outro de maneira antecipada. Pelas condições, o investidor receberia US\$ 1 mil em novas notas para cada US\$ 1 mil das antigas. Depois desse prazo antecipado, os investidores teriam até 28 de abril para aderir, mas com uma relação de troca diferente: US\$ 950 em novos papéis para US\$ 1 mil dos antigos.

Agora, o prazo antecipado foi ampliado para 28 de abril. "A companhia está estendendo a data de vencimento antecipado [da oferta] para fornecer aos detentores de bônus tempo adicional para revisar a proposta", informou a QGOG, por comunicado. A empresa afirmou ainda que foi abordada por um pequeno grupo de investidores que detém grande parte dos papéis e que iniciou discussões. De acordo com uma fonte, o pedido foi de mais tempo para analisar as condições, mas o fato de poucas pessoas terem grande parte dos ativos facilita a operação.

"O objetivo da oferta é proporcionar à companhia flexibilidade para percorrer os ventos adversos da indústria, estendendo o perfil de vencimento das notas existentes, facilitando o refinanciamento do restante de sua dívida e melhor alinhando o balanço com a recuperação esperada nas condições da indústria", disse a QGOG.

Na ocasião do anúncio da oferta, a S&P Global afirmou acreditar que a operação representa mais uma estratégia de gestão de passivos que uma troca em condições desfavoráveis ("distressed", no jargão do mercado). Como resultado, a agência afirmou o rating em "B+". A perspectiva é negativa.

"Em nossa visão, a transação não representa uma perda de valor para os investidores. A troca será feita ao par [pelo mesmo valor, sem corte na dívida]. Além disso, a troca oferece maior taxa de juros, saindo de 6,25% para 8,5%, para compensar os cinco anos adicionais de prazo", afirmou a agência. A S&P lembrou ainda que a proposta está sendo feita dois anos e meio antes do vencimento do título e que a liquidez da companhia continua sendo adequada.

Junto com a troca de papéis, a Queiroz Galvão Óleo e Gás pediu o consentimento para alterar detalhes da escritura dos bônus. Além de aumentar a capacidade de empréstimo, a empresa pretende eliminar praticamente todas as cláusulas restritivas e certos eventos de inadimplência e disposições relacionadas.

"Acreditamos que o consentimento acima referido é neutro do ponto de vista do crédito, porque as notas existentes já são não garantidas. A principal diferença é o novo prazo das notas", avaliou a S&P, em comunicado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas****AES Tietê e Renova I**

A AES Tietê fechou ontem o contrato para compra da Nova Energia Holding, detentora, por meio da Renova Energia, do Complexo Eólico Alto Sertão II, que tem 386,1 megawatts (MW) de potência, por R\$ 600 milhões. O valor poderá ter o acréscimo de R\$ 100 milhões, dependendo do desempenho da usina cinco anos depois do fechamento da operação. Além disso, a AES Tietê vai assumir R\$ 1,15 bilhão em dívida.

AES Tietê e Renova II

Dos R\$ 100 milhões que a Renova poderá receber a mais pela venda de Alto Sertão II para a AES Tietê, dependendo do desempenho do complexo eólico, R\$ 50 milhões ficarão retidos em uma conta garantia. Segundo a Renova, o valor de R\$ 650 milhões como total da aquisição, anunciado em janeiro, fazia referencia a R\$ 600 milhões a serem pagos no negócio, mais o valor de R\$ 50 milhões retido na conta garantia.

MME / ASCOM .